



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 3/2015

Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcouthim

Realizada em 11 de fevereiro de 2015

----- Aos onze dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, nesta Vila de Alcouthim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo dos Santos Gonçalves, José Carlos da Palma Pereira, Paulo Jorge Cavaco Paulino, Dalila Manuela Costa Barros e José D'Assunção Pereira Galrito, respetivamente Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: ---

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O Senhor Presidente pôs à discussão a ata n.º 02/2015, da reunião pública ordinária realizada no dia 28 de Janeiro de 2015, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

Handwritten initials or signature in blue ink.

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º27) respeitante ao dia 10 de fevereiro, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.216.859,34 (um milhão duzentos e dezasseis mil, oitocentos e cinquenta e nove euros e trinta e quatro cêntimos). -----

----- Operações Orçamentais - € 887.794,23 (oitocentos e oitenta e sete mil setecentos e noventa e quatro euros e vinte e três cêntimos); -----

----- Operações Não Orçamentais - € 321.652,96 (trezentos e vinte e um mil, seiscentos e cinquenta e dois euros e noventa e seis cêntimos). -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves usou da palavra para dar conhecimento de pequenas correções efetuadas, nos pontos 9 (nove), 13 (treze) e 16 (dezasseis), da ordem de trabalhos, bem como solicitar a inclusão do seguinte ponto **“RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO DE PARCERIA – BAIXO GUADIANA”**, na ordem de trabalhos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, a inclusão do ponto, na ordem de trabalhos. -----

----- O vereador sr. Paulo Paulino interveio para entregar documentação, aos vereadores opositores, no que concerne aos montantes gastos com a iniciativa da Passagem do Ano, bem como informação sobre o número de visitantes/receitas geradas com entradas no Castelo e Núcleos Museológicos. -

----- O vereador sr. José Carlos Pereira usou da palavra para questionar *“se não existem mais documentos a entregar”*, visto terem sido solicitados, na última reunião de Câmara, no que concerne aos documentos contabilísticos referentes à formação da Proteção Civil (setembro/dezembro de 2014). -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves interveio para referir que *“não existiram custos”* com a referida formação, no entanto, verificará o respetivo processo, e posteriormente confirmará a informação prestada. -----

----- A vereadora sr^a. Dr^a. Dalila Barros interveio para solicitar cópia do curriculum vitae e respetivos diplomas (licenciatura entre outros) que “

Al

habilitam o senhor João Carlos Simões ao cargo nomeado de Comandante Operacional Municipal (COM) ”, bem como questionar sobre o ponto de situação do Concurso da Estalagem do Guadiana. Finalizou a sua intervenção fazendo referência ao seguinte texto: “ Câmara de Alcoutim lança Programa de Incentivo à Natalidade (Diário Online de 2/07/2014) – Medida que impulsiona a economia local do concelho... ”, e nesse sentido questiona sobre o número de nascimentos ocorridos, no ano transato (2014), bem como se o senhor presidente “já deu início ao tão esperado repovoamento em Alcoutim, culpa sempre das medidas tomadas pelo antigo executivo”. -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves usou da palavra para mencionar que facultará a documentação solicitada. Em relação à Estalagem do Guadiana informou que se encontra a decorrer o processo do Concurso Público, pelo período de 60 (sessenta) dias, terminando a 06 de março e que tem existido interesse “por parte de algumas pessoas”, porém, “caso a nossa pretensão (venda do imóvel) não venham a acontecer, teremos que avançar com outra solução). Deu nota ainda que requereram “3 ou 4 pessoas” o subsídio da Natalidade, tendo a vereadora sr^a. Dr^a Dalila Barros usado da palavra para alertar que solicitou dados, do ano de 2014. O sr. presidente continuou a sua intervenção frisando que solicitará os referidos dados, ao Gabinete de Ação Social, bem como “que não esperava que houvesse um repovoamento massivo, num curto espaço de tempo”, tendo a vereadora sr^a. Dr^a Dalila Barros citado de seguida “nem eu sr. presidente, mas é o que você diz no seu discurso”. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio para questionar “se estão ou não terminadas as obras”, no Edifício Espaço Guadiana. -----

----- O vereador, sr. Paulo Paulino usou da palavra para informar que após a última vistoria à obra, “acionámos” os meios legais para rescindir acordo com o empreiteiro responsável, e que estava uma reunião marcada, onde o mesmo não compareceu, sendo enviado posteriormente um e-mail, dando conta da intenção da Edilidade, nomeadamente “Na presente data encontra-se ultrapassado o prazo concedido para a conclusão de todas as retificações e conclusão dos trabalhos de acordo com o auto de vistoria; Da situação da empreitada, em virtude de se encontrarem ultrapassados todos os

R 8

prazos já concedidos para a sua conclusão, advêm prejuízos para o município de Alcoutim, pela privação de usufruto do espaço, bem como pela dificuldade na conclusão dos trabalhos de outra empreitada de montagem de equipamento de som, iluminação e mecânica de cena do palco, que se encontra suspensa; A empresa SOMEROPI demonstrou empenho na conclusão de todos os trabalhos durante um largo período, denotando-se no entanto um abrandar sucessivo no desenvolvimento dos mesmos, durante as ultimas semanas, não sendo possível vislumbrar-se uma data para a sua conclusão. Assim solicito e agradeço a V.Exa se digne informar o que tiver por conveniente sobre o assunto, num prazo máximo de 10 dias, sob pena do município de Alcoutim avançar com a resolução sancionatória do contrato, nos termos da alínea a) do n.º1 do art.º 333º do Código dos Contratos Públicos. Mais informo V.Exa que a falta de pronúncia no prazo máximo de 10 dias será entendida como anuência para a resolução do contrato. A resolução sancionatória do contrato acarretará na execução das garantias prestadas por V.Exa. A presente comunicação será igualmente enviado por carta registada com aviso de receção". -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio para solicitar cópia da comunicação eletrónica, bem como solicitar informação sobre o número de colaboradores provenientes do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), com Contrato de Emprego Inserção (CEI), afetos à Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, tendo o senhor presidente mencionado que "*não sabe exatamente quantos trabalhadores*" se encontram inseridos nesse programa, e que informará posteriormente, após averiguação. O vereador continuou a sua intervenção referindo que o sr. presidente "*nunca sabe nada*", bem como mencionar que teve conhecimento que os colaboradores que se encontram no CEI "*trabalharam 2 ou 3 dias e saíram*", e nesse sentido questiona sobre os motivos/razões que existiram para essa saída e se já regressaram? Quantos contratos dos que existiam foram renovados? Todos os colaboradores tem ou não contrato? Quando se faz um programa deste, têm ou não que existir cabimento? Findou referindo se "*existe cabimento, gostava*" que houvesse um esclarecimento/explicação sobre a situação ocorrida, dado que teve conhecimento, "*que colaboradores foram convocados para a Câmara Municipal, através desses programas ocupacionais e depois saíram como se*

R f

fossem de férias”, tendo o sr. presidente questionado “quem foram as pessoas, e que o sr, vereador tem que ser mais específico, tem que finalizar as questões”. O vereador sr. José Carlos Pereira interveio novamente para referir que “finalizo aquilo que eu quiser e não o que o senhor quer, dado que coloquei 3 ou 4 questões, sem nunca obter qualquer resposta da sua parte, mas sim que responde depois”, e nesse sentido solicita esclarecimentos/resposta, “uma vez que todos sabemos que estes programas não tem direito a férias”. -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves interveio para esclarecer/garantir que “não existem” colaboradores na CEI que tenham direito a férias, e que poderá ser uma “invenção”, a situação ocorrida. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira usou da palavra para frisar que o sr. presidente “já viu que lhe fazemos as questões e o senhor não responde, e depois passa para nós, como se nós estivéssemos a mentir, e que falta uma vez para a primeira, para conseguir responder a um assunto/questão que os vereadores opositores questionam”, tendo o sr. presidente esclarecido que “gosta” de responder de forma assertiva. -----

----- O vereador sr. José Galrito interveio para sugerir que as questões apontadas “deveriam ser colocadas” por escrito, tendo o vereador sr. José Carlos Pereira usado da palavra para mencionar que as questões constam em Ata, “e que as coloca como bem entende”, bem como que enquanto vereador opositor tem o “direito de saber de todos” os assuntos/matérias da Câmara Municipal, dado que existem leis específicas e “temos que ter prudência/cautela”. Deu nota ainda “que está aqui para fazer” uma oposição séria, pois quando se deparam com documentos/assuntos que não se encontram como deviam, “colocam as questões que entendem”. -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves interveio para mencionar que “responderei a todas as questões apontadas, quando não souber na hora, respondo-lhe depois”. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira usou da palavra novamente para mencionar que “tem é que obter uma resposta”, uma vez que “somos” responsáveis financeira e criminalmente por todos os assuntos da Edilidade, e nesse sentido tem o direito e obrigação de “estar dentro” dos

AT

assuntos/matérias, “porque muitas vezes podemos praticar atos e/ou erros sem saber, e isso eu não quero, pode ser mau para si ou para mim”. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **VISTORIA DE SALUBRIDADE DE EDÍFICIO NA RUA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO N.º 4 - VAQUEIROS:** Foi presente uma proposta do sr. vice - presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se informe o proprietário da edificação indiciada, para que este tome as medidas relatadas no auto de vistoria, elaborado pela Comissão de Vistorias pelo prazo de noventa dias, bem como o reclamante do teor desta informação da Comissão de Vistorias. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **ACORDO ESPECÍFICO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E O INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE:** Foi presente uma informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, com vista à aprovação de um novo Acordo Específico de Cooperação, relativo à realização das análises associadas à monitorização da qualidade da água da Piscina Municipal de Martim Longo, por imposição do sistema de acreditação a que o LES está sujeito por parte do IPAC. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o presente Acordo Específico de Cooperação e rescindir o Acordo, aprovado em 13 de fevereiro de 2013.-----

----- **FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS – LAR EM MARTIM LONGO – CONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATÉ 30 DE ABRIL DE 2015 – AJUSTE DIRETO/RATIFICAÇÃO:**

Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se proceda à respetiva ratificação do despacho de abertura do procedimento para a prestação de serviços da fiscalização da Empreitada de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – Lar em Martim Longo – continuidade de Prestação de Serviços até 30 de abril, proferido em 20 de janeiro de 2015, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALCOUTIM E PEREIRO:**

Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar aprovar a minuta de Contrato Interadministrativo, cujo objeto é a limpeza de arruamentos urbanos pertencentes ao domínio público em localidades da união de freguesias e rede viária num montante de € 58.224,36 (cinquenta e oito mil duzentos e vinte e quatro euros e trinta e seis cêntimos), bem como submete-lo à Assembleia Municipal para consequente autorização, em cumprimento como disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves interveio para explicar que o processo em causa e seguintes veem na sequência de um

A f

entendimento, com os presidentes de juntas de freguesia, por forma a executar/formalizar os referidos acordos, e que tem como finalidade a delegação de competências, no que concerne à limpeza da rede viária e povoações de Alcoutim e Pereiro, no caso concreto, excepcionando unicamente a vila de Alcoutim, encontrando-se as mesmas, identificadas, em mapa. -----

----- O vereador sr. Paulo Paulino usou da palavra para mencionar que as referidas vias ainda não estão identificadas no mapa, dado que, a Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos (DOPGU) encontra-se a *“ultimar”* os mapas, de modo a que as mesmas sejam demarcadas de cor diferenciada, para *“vermos quais as da responsabilidade da Junta de Freguesia e Câmara Municipal”*, tendo adiantado de seguida que as vias de responsabilidade da última entidade são Estrada Regional 124 (Alcoutim/Corte Serranos), Estrada Municipal 507 (Alcoutim/Santa Marta/Pereiro), EM 507 (Tesouro/Giões/ponte (Alentejo), bem como a Estrada Municipal 506 Martim Longo/Bentos. Findou referindo que as Juntas de Freguesia de Giões e Vaqueiros não assumiram as redes viárias, uma vez que não possuem equipamento *“que lhes permitam fazê-lo”*.

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira interveio para questionar se o *“mapa não está definido, porque é que hoje vem a reunião de Câmara Municipal?”*, tendo o vereador sr. Paulo Paulino esclarecido que os mapas já se encontram definidos. O vereador, sr. José Carlos Pereira continuou a sua intervenção referindo que independentemente *“dos mapas ou não”*, considera incorreto estarmos a aprovar um contrato interadministrativo *“com valor de um trabalho que ainda não está fechado”*, tendo o vereador sr. Paulo Paulino explicado que *“tudo está fechado”*, após negociações com as juntas de Freguesia em que as mesmas assumiram a limpeza das estradas, porém, os mapas é que não estão preparados para entregar. O vereador sr. José Carlos Pereira ainda questionou se a União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro possui equipamento, ao qual teve a concordância do vereador sr. Paulo Paulino. -----

----- A vereadora sr^a. Dr^a. Dalila Barros usou da palavra para alertar que deverá ocorrer uma retificação do Anexo (localidades), uma vez que não vem

Rf

identificadas as localidades de Alcaria (Pereiro), Casa Branca, Serro, Cercado, Guerreirinhos, Laranjeiras (Alcoutim), bem como no quadro explicativo, nomeadamente no número de montes, tendo o vereador sr. Paulo Paulino esclarecido que as localidades atrás referenciadas *“estão assumidas, dado que fazem parte do grupo (Balurcos)”*. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira usou da palavra para mencionar que *“continuamos”* com dúvidas, uma vez que a sr^a. vereadora colocou *“mais uma questão”* que não consta no documento, *“e estarmos a aprovar um assunto que os senhores não fecharam!”*. -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves interveio para mencionar que procederá à retificação do Anexo (localidades) e quadro explicativo, e que a incorreção deve-se *“a uma gralha na designação das localidades”*, todavia, os montes e Km *“em falta”* fazem parte da negociação. Finalizou referindo que os mapas encontram-se fechados, propondo de seguida a votação do ponto, com base nas alterações anteriormente referidas. -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira interveio para solicitar esclarecimentos sobre o quadro explicativo, nomeadamente sobre o número 2,7, ao qual lhe foi esclarecido pelo vereador sr. Paulo Paulino que *“é o tempo médio que se prevê executar os trabalhos”*. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos vereadores Srs. José Carlos Pereira e Dr^a. Dalila Barros aprovar a referida proposta. Apresentaram a seguinte declaração de voto: *“Abstivemo-nos porque face às questões colocadas, pelos vereadores da oposição, as dúvidas apresentadas não foram esclarecidas, e porque o processo não vem acompanhado com os devidos mapas”*. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALCOUTIM E PEREIRO PARA A REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES NA UNIÃO DE FREGUESIAS – ANO DE 2015:** Foi presente

R

uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) e alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar aprovar a minuta de Contrato Programa, cujo objeto é a concessão de comparticipação financeira, num montante de € 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco euros) para a realização de festividades e eventos culturais e desportivos, na união de freguesias (feira de S.Marcos e almoço de S.João), bem como submete-lo à Assembleia Municipal para consequente aprovação, em cumprimento como disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALCOUTIM E PEREIRO – CEDÊNCIA DE UMA MINI PÁ**

CARREGADORA DE RODAS: Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar o protocolo de cedência, a título gratuito pelo prazo de 2 anos, de uma Mini-Pá Carregadora de Rodas a Diesel de marca Mustang, modelo 2041, nos termos do disposto na alínea o) e alínea cc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro), bem como submete-lo à Assembleia Municipal para consequente aprovação, em cumprimento como disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio para solicitar esclarecimentos sobre “ *que pá carregadora é esta, e se já existe ou vai ser adquirida?*”, tendo o vereador sr. Paulo Paulino esclarecido que é uma mini pá carregadora Bobcat que permite fazer limpeza (carrega e despeja), e já existe na Edilidade. O vereador sr. José Carlos Pereira interveio novamente

para questionar a razão pela qual os vereadores opositores não tiveram acesso à referida aquisição/compra, “ *pois são lapsos atrás de lapsos, senhor presidente*”. -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves usou da palavra para informar que o equipamento “*chegou na semana passada*”. -----

----- A vereadora sr^a. Dr^a. Dalila Barros interveio para questionar, no seguimento do n.º 3 da cláusula primeira, “*quem é que procede à reparação, em caso de avaria?* bem como quem financia o gasóleo, tendo o sr. presidente da Câmara esclarecido que as avarias “*estarão na totalidade ao abrigo da garantia*”. A sr^a. vereadora adiantou ainda que é da opinião que “*ideias*” anteriormente mencionadas deviam constar do documento. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio novamente para questionar sobre o custo da mini pá carregadora, ao qual o sr. presidente referiu que não tinha conhecimento sobre o montante. O vereador sr. José Carlos Pereira interveio de seguida para mencionar “*chegou a semana passada, e não sabe! Quero que fique em Ata*”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (uma) abstenção do vereador sr. José Carlos Pereira aprovar a referida proposta. Apresentou a seguinte declaração de voto: “ *Face às dúvidas apresentadas, e que não foram esclarecidas*”. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A FREGUESIA DE GIÕES:** Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar aprovar a minuta de Contrato Interadministrativo, cujo objeto é a limpeza de arruamentos urbanos pertencentes ao domínio público em localidades da freguesias de Giões, num montante de € 3.827,50 (três mil

RA

oitocentos e vinte e sete euros e cinquenta cêntimos), bem como submete-lo à Assembleia Municipal para consequente autorização, em cumprimento como disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O vereador sr. Paulo Paulino interveio para referir que o Acordo da Junta de Freguesia de Giões, não inclui estradas *“e que as contas que constam no documento são iguais às da Junta de Freguesia de Vaqueiros”*. --

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves interveio para informar que o presidente da Junta de Freguesia *“não quis”* assumir a limpeza da rede viária. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar que *“nota”* que apesar de ser uma freguesia *“mais pequena”* existe uma grande discrepância de valores, para proceder às *“limpezas todas”*, todavia, *“se foi acordado com o senhor presidente da junta, ele bem entende o que vai gastar”*, tendo o presidente da Câmara acrescentado que *“tudo foi acordado”* com o mesmo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A FREGUESIA DE GIÕES PARA A REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES NA FREGUESIA – ANO DE 2015:** Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) e alínea u) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar aprovar a minuta de Contrato Programa, cujo objeto é a concessão de comparticipação financeira, num montante de € 3.500,00 (três mil e quinhentos euros) para a realização das Festas de verão em Giões e Farelos, bem como submete-lo à Assembleia

R 7

Municipal para consequente aprovação, em cumprimento como disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar que considera o valor atribuído diminuto/reduzido, em comparação com o atribuído à União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, no que concerne às festividades, tendo o presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves adiantado *“que os valores foram negociados com o presidente da Junta de Freguesia”*. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALCOUTIM E PEREIRO – AQUISIÇÃO DE TENDA**

MULTIUSOS: Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar aprovar a minuta de Contrato Programa, com vista à aquisição de um tenda em estado de uso, num montante de € 7.500,00 (sete mil e quinhentos euros), bem como submete-lo à Assembleia Municipal para consequente aprovação, em cumprimento como disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio para solicitar esclarecimentos sobre o porquê de adquirir um equipamento usado, bem como o porquê de apresentar/solicitar *“um só orçamento”*, tendo o vereador sr. Paulo Paulino esclarecido que foram solicitados vários orçamentos, contudo, no processo apenas consta *“o selecionado”*, no entanto, poderá anexar os restantes documentos. O vereador sr. José Carlos Pereira interveio novamente para mencionar que *“só os senhores é que têm conhecimento, nós não verificamos essa situação”*. -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves usou da palavra

AV

para referir que a aquisição em questão é pelo facto de ser “*mais barata*” e que a União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro fez um “*bom negócio*”. ----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (dois) votos contra dos srs vereadores José Carlos Pereira e Dr^a. Dalila Barros aprovar a referida proposta. Apresentaram a seguinte declaração de voto: “*Votamos contra, porque não concordamos com a compra, para esse fim, de uma tenda usada*”. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de

----- **CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A FREGUESIA DE GIÕES PARA OBRAS – ANO DE 2015:** Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar aprovar a minuta de Contrato Programa, cujo objeto é a concessão de comparticipação financeira num montante de € 31.950,00 (trinta e um mil novecentos e cinquenta euros), para fazer face a despesas com obras de remodelação da cobertura do edifício sede da junta de freguesia, bem como submete-lo à Assembleia Municipal para consequente aprovação, em cumprimento como disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio alertando para a diferença existente entre o atual e anterior ponto/assunto, uma vez o processo em discussão vem corretamente acompanhado de uma informação da DOPGU, dando como exemplo de seguida “*a história dos três orçamentos, quando os senhores estavam na oposição*”. Findou referindo que “*os senhores para uns têm uma atitude, e para outros outra, portanto, Alcoutim continua a não ser igual para todos. Tirem daí as ilações que entenderem*”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

RF

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de

----- **CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A FREGUESIA DE MARTIM LONGO:** Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar aprovar a minuta de Contrato Interadministrativo, cujo objeto é a limpeza de arruamentos urbanos pertencentes ao domínio público em localidades da freguesia e rede viária, num montante de € 45.811,62 (quarenta e cinco mil oitocentos e onze euros e sessenta e dois cêntimos), bem como submete-lo à Assembleia Municipal para consequente autorização, em cumprimento como disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- A vereadora srª. Drª. Dalila Barros interveio para “*alertar*” para o número de localidades, mencionado no quadro explicativo, dado que são 23 (vinte e três) e não 22 (vinte e duas). -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira usou da palavra para questionar como “*é que ficamos com os mapas da rede viária*”, dado que o mesmo também não consta, no processo em discussão, e como tal não “*temos conhecimento das estradas a intervencionar*”, tendo o vereador sr. Paulo Paulino esclarecido que a DOPGU encontra-se igualmente a elaborar o respetivo mapa, bem como informar que “*são todas as estradas, com exceção da Estrada Regional 124 (saída de Martim Longo/Corte Serranos) e EM 506 (Martim Longo/Vaqueiros)*”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Carlos Pereira e Drª. Dalila Barros aprovar a referida proposta. Apresentaram a seguinte declaração de voto: ---

R J

“ Abstinemo-nos porque face às questões colocadas pelos vereadores da oposição, as dúvidas apresentadas, não foram esclarecidas, e pelo facto do processo não vir acompanhado do devido mapa”. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A FREGUESIA DE MARTIM LONGO – CEDÊNCIA DE UM DUMPER/VEICULO MULTIUSOS:**

Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar o protocolo de cedência, a título gratuito pelo prazo de 2 anos, de um Dumper – Veículo Multiusos de marca Astel, modelo JDV -2500 com pá carregadora, nos termos do disposto na alínea o) e alínea cc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro), bem como submete-lo à Assembleia Municipal para consequente aprovação, em cumprimento como disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio para questionar se o equipamento em discussão já existe e se o mesmo se encontra inventariado no património da Edilidade, tendo o presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves respondido positivamente. O vereador sr. José Carlos Pereira continuou a sua intervenção referindo *“ o outro tiveram dúvidas, ninguém soube explicar o valor gasto na aquisição, e tinha chegado na semana passada”.* -----

----- O vereador, sr. Paulo Paulino usou da palavra para adiantar que o valor da mini pá carregadora será na ordem dos € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros, no entanto, *“não tem a certeza do montante”.* Findou referindo que *“se o vereador acha que as coisas não são avaliadas no momento certo em que se toma as decisões”.* -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar *“se estamos na reunião de Câmara, a aprovar decisões/assuntos, é para elas/eles estarem bem fundamentadas (os) e corretas (os), dando como exemplo de*

A d

seguida a cedência da mini pá carregadora, “*que não tem conhecimento se existe ou não na Edilidade*”. -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves informou de seguida que a mini pá carregadora, foi adquirida, pelo montante de € 24.900,00 (vinte e quatro mil e novecentos euros), acrescido de IVA. -----

----- A vereadora sr^a. Dr^a. Dalila Barros interveio para recomendar ao executivo permanente, uma melhor preparação das reuniões, “*para quando ocorrer dúvidas, vocês poderem responder*”, ao qual o presidente da Câmara informou que existe preparação das reuniões, porém, “*não tem todos os valores/respostas na ponta da língua*”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A FREGUESIA DE VAQUEIROS:** Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar aprovar a minuta de Contrato Interadministrativo, cujo objeto é a limpeza de arruamentos urbanos pertencentes ao domínio público em localidades da freguesia de Vaqueiros, num montante de € 12.015,00 (doze mil e quinze euros), bem como submete-lo à Assembleia Municipal para consequente autorização, em cumprimento como disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

A

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A FREGUESIA DE VAQUEIROS PARA A REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES NA FREGUESIA – ANO DE 2015:** Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) e alínea u) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar aprovar a minuta de Contrato Programa, cujo objeto é a concessão de comparticipação financeira, num montante de € 12.000,00 (doze mil euros) para a realização de festividades na freguesia (Feira de Pão Quente e Queijo Fresco e Marcha Passeio Regional em Vaqueiros, Convívio do 1.º de Maio/Bentos, Festa de S.Bento/Alcaria Queimada, bem como submete-lo à Assembleia Municipal para consequente aprovação, em cumprimento como disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A FREGUESIA DE VAQUEIROS – AQUISIÇÃO DE AUTOBETONEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar aprovar a minuta de Protocolo, para concessão de comparticipação financeira, num montante de € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros) para fazer face com a aquisição de uma autobetoneira, bem como

AV

submete-lo à Assembleia Municipal para consequente aprovação, em cumprimento como disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- A vereadora sr.ª. Dr.ª. Dalila Barros interveio para questionar o porquê de *“uma só consulta”*, tendo o vereador sr. Paulo Paulino intervindo para esclarecer que *“o que lhe foi dito pelo presidente da Junta de Freguesia”* é que a oferta deste equipamento *“não é grande”* no mercado, tendo em conta as características. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira usou da palavra para referir *“que não vá por aí, isso é uma inverdade, quer ir visitar aqui perto”*. Deu nota de seguida que o que está em causa é *“mais uma vez”* o procedimento, dado que, apenas consta uma proposta, e não os restantes documentos, designadamente pedido da Junta de Freguesia e orçamentos, porém, *“não está contra a aquisição do equipamento”*. -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves interveio para informar que o presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros *“ainda vai”* proceder à contratação pública, no âmbito do código dos Contratos Públicos, para a aquisição do equipamento, e como tal *“propunha”* o assunto à votação, condicionado à apresentação da restante documentação. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (uma) abstenção do vereador sr. José Carlos Pereira e 1 (um) voto contra da sr.ª. Dr.ª. Dalila Barros aprovar a referida proposta. -----

O vereador sr. José Carlos Pereira apresentou a seguinte declaração de voto: *“ Abstenho-me porque mais uma vez, o procedimento não está bem feito, e os senhores tem que reconhecer isso”*. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A FREGUESIA DE VAQUEIROS PARA INFRAESTRUTURAS – ANO DE 2015:** Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte

RG

integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar aprovar a minuta de Protocolo de colaboração, para concessão de comparticipação financeira, num montante de € 6.000,00 (seis mil euros), para fazer face a obras de construção de passagens submersíveis em linhas de água de escasso caudal ou de caudal descontínuo e sazonal, bem como submete-lo à Assembleia Municipal para consequente aprovação, em cumprimento como disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- A vereadora sr.ª. Dr.ª. Dalila Barros interveio para alertar para a cláusula n.º 1 do referido protocolo, dado que consta uma pequena gralha, onde se lê “ 8 (sete) ”, bem como alertar para o facto de vir em anexo ao processo, uma memória descritiva e justificativa de passagem submersível do Barranco Alcoutenejo Pereiro/Coito, do ano de 1998, tendo o vereador sr. José Carlos Pereira acrescentado que “ *isto são lapsos a mais, agora se vocês querem dizer que é a mesma coisa*”. -----

----- O vereador sr. Paulo Paulino usou da palavra para esclarecer que os valores não são os mesmos, uma vez que os que constam no processo são “*valores atuais*”. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio para questionar “*qual o caderno que vem apenso à proposta?*”, tendo o vereador sr. Paulo Paulino adiantado de seguida que segundo a DOPGU existe um “*projeto antigo que pode ser utilizado como projeto tipo, para novas passagens submersíveis*”, desde que os valores sejam adaptados à realidade. O vereador sr. José Carlos Pereira continuou a sua intervenção alertando novamente para o caderno, em anexo ao processo, uma vez que “*é o mesmo que mandar construir uma ponte, e colocar um projeto de um edifício*”. -----

----- O presidente, sr. Osvaldo Gonçalves usou da palavra para mencionar que apenas devia constar no processo os mapas de quantidades e o “*projeto não precisava de vir*”. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar que o “*projeto devia vir sim, nem que seja um projeto tipo*”, pois estamos a oficializar um protocolo com a freguesia de Vaqueiros, em que consta no

RA

processo, um projeto da União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, tendo a vereadora sr^a. Dr^a. Dalila Barros acrescentado que *“entendeu o que vocês quiseram dizer vai ser uma estrutura igual ao projeto apresentado”*. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Carlos Pereira e Dr^a Dalila Barros, aprovar a referida proposta. Apresentaram a seguinte declaração de voto: *“Não estamos contra as obras, concordamos com as mesmas. Agora estamos contra a forma, como o procedimento está feito e que está errado, porque contém documentos que não pertencem à obra e os que referem à obra não vem contemplados”*. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO DE PARCERIA – BAIXO**

GUADIANA: Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 164.º do Código de Procedimento Administrativo deliberar ratificar o Protocolo de Parceria – Baixo Guadiana, cuja data de assinatura consta 5 de fevereiro. -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves interveio para informar que a candidatura do referido protocolo foi submetida, no passado dia 10 de fevereiro, *“esperando que seja aprovada”*. -----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira usou da palavra para solicitar cópia do protocolo em discussão, bem como do parecer jurídico que foi frisado, na reunião *“salvo erro”*, de 10 de setembro do ano transato. Findou questionando *“se existem boas perspetivas, na aprovação da candidatura”*. -

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves interveio novamente para mencionar que as *“perspetivas são boas”*, todavia, existiram inicialmente alguns receios, por parte do Grupo de Ação Local (GAL), devido à imposição da distribuição do território existente e do número de habitantes abrangidos, porém, houve entendimento e não se suprimam

freguesias. Deu nota ainda que integraram, igualmente, as freguesias de Desenvolvimento Local de Base Comunitárias (DLBC – costeiras), tendo o vereador sr. José Carlos Pereira questionado de seguida “*se introduziram também a freguesia de Santiago (Tavira), porque anteriormente não estava*”.

----- O vereador, sr. Paulo Paulino usou da palavra para explicar que o problema que se colocou prende-se com as características das freguesias rurais e com as da União de Freguesias, dando como exemplo as freguesias de Santo Estevão/Luz de Tavira, Cabanas/Conceição. Findou referindo se existisse essa separação “*enfraqueciam a União*” e que por uma questão de coerência, inclui-se também as freguesias de Santa Maria/Santiago. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ratificação do protocolo. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, pelas doze horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, João Miguel Vitorino Dias, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente

O Secretário